

# INTERVENÇÃO JUDICIAL EM CONFLITOS SOCIETÁRIOS

MARCELO LAUAR LEITE

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2019

Copyright © 2019 by Marcelo Lauar Leite

Categoria: Direito Empresarial e Comercial

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

1153105

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

L533i

Leite, Marcelo Lauar

Intervenção judicial em conflitos societários / Marcelo Lauar Leite. –  
Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.  
548 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 453-521.

ISBN 978-85-519-1324-6

1. Sociedades por ações - Brasil. 2. Administração. 3. Poder judiciário.  
4. Responsabilidade civil. I. Título.

CDD 340

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# SUMÁRIO

## Parte I - Considerações Propedêuticas e Particularização do Objeto de Estudo

|   |    |
|---|----|
| <b>1. Intervenções Regulamentadas na Gestão Societária</b> .....  | 3  |
| 1.1 Intervenção no âmbito recuperacional e falimentar .....   | 4  |
| 1.2 Penhora sobre o estabelecimento empresarial .....   | 6  |
| 1.3 Penhora sobre a renda societária .....  | 9  |
| 1.4 Penhora sobre quotas societárias .....  | 10 |
| <b>2. A Intervenção Judicial em Conflitos Societários</b> .....   | 13 |
| 2.1 O conflito como fato gerador .....  | 13 |
| 2.2 A intervenção judicial no Brasil.....   | 16 |
| 2.2.1 Descrição jurimétrica do estado da arte .....   | 16 |
| 2.2.1.1 Amostra de acórdãos intervenientes.....   | 18 |
| 2.2.1.2 Fundamentação para a intervenção nominativa .....   | 20 |
| 2.2.2 Descrição legislativa do estado da arte.....  | 21 |
| 2.2.2.1 O poder geral de cautela.....   | 21 |
| 2.2.2.2 A nomeação judicial de liquidantes: uma analogia superada ...                                       | 25 |
| 2.2.2.3 Falta de (da) administração: o art. 49 do Código Civil .....  | 26 |
| 2.2.2.4 Descrição prospectiva do estado da arte:<br>projetos bicamerais para um novo Código Comercial ..... | 32 |
| 2.3 Os problemas da intervenção em conflito societários .....   | 36 |
| <b>3. Sociedade Limitada Enquanto Meio Propício ao Conflito</b> .....                                       | 41 |

|  |           |
|--|-----------|
| <b>4. Administração Societária .....</b>   | <b>49</b> |
| 4.1 Atos de administração e atos de disposição .....   | 50        |
| 4.2 Conteúdo dos atos de administração.....  | 52        |
| 4.2.1 Gestão operativa .....   | 52        |
| 4.2.2 Gestão empresária .....  | 53        |
| 4.2.3 Gestão societária .....  | 56        |
| 4.3 Deveres na administração societária.....   | 56        |
| 4.3.1 Limitação de poderes e atos ultra vires.....   | 56        |
| 4.3.2 Dever de informação .....  | 60        |
| 4.3.3 Dever de cuidado e diligência (duty of care) .....   | 67        |
| 4.3.3.1 Exercício a contento do cargo e o dever de superintendência<br>(duty of attentiveness ou duty of oversight)..... | 70        |
| 4.3.3.2 Procedimentos ou regras de conduta<br>societários e a corporate governance.....                                  | 72        |
| 4.3.3.3 Tomadas de decisões razoáveis e a business judgment rule .....   | 73        |
| 4.3.4 Dever de lealdade (duty of loyalty) .....  | 77        |
| 4.4 Possíveis estruturas do órgão de administração.....  | 83        |
| 4.4.1 Panorama descritivo.....   | 83        |
| 4.4.2 Panorama esquemático.....  | 84        |

## **Parte II - Dos Macroparâmetros para a Nomeação e Atuação de Interventores Judiciais**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>5. Interesse Social como Bem Jurídico Tutelado.....</b>   | <b>89</b> |
| 5.1 Positivação dos interesses .....                         | 92        |
| 5.1.1 Positivação de interesses nas sociedades simples.....  | 93        |
| 5.1.2 Positivação de interesses nas sociedades anônimas..... | 93        |
| 5.2 Teorias dos interesses .....                             | 94        |

|   |     |
|---|-----|
| 5.2.1 Corrente contratualista .....   | 95  |
| 5.2.2 Corrente institucionalista.....   | 96  |
| 5.2.3 Corrente organizacional .....   | 98  |
| 5.3 Densificando o interesse social .....   | 98  |
| 5.3.1 Ab initio: interesse e interesses.....  | 99  |
| 5.3.2 Fontes dos interesses sociais .....   | 101 |
| 5.3.3 Interesses sociais primários: permanentes e circunstanciais.....  | 103 |
| 5.3.3.1 Interesses permanentes instrumentais .....  | 104 |
| 5.3.3.1.1 Gestão juridicamente correta.....   | 104 |
| 5.3.3.1.2 Honra objetiva.....   | 105 |
| 5.3.3.1.3 Superação de conflitos pelo princípio majoritário .....   | 107 |
| 5.3.3.1.4 Cumprimento do objeto social.....   | 111 |
| 5.3.3.2 Interesse permanente final: o lucro .....   | 113 |
| 5.3.3.2.1 A sociedade empresária como titular do interesse social ...   | 114 |
| 5.3.3.2.2 Regime de exceções ao lucro como<br>interesse social permanente final das LTDA.....   | 119 |
| 5.3.3.3 Interesses circunstanciais.....   | 122 |
| 5.3.4 Interesse e vontade social .....  | 125 |
| 5.4 Interesses sociais e extrassociais: (outros) titulares .....  | 126 |
| 5.5 Intervenção judicial como ferramenta protetiva do interesse social:<br>linhas sobre os fundamentos da destituição de administradores .... | 128 |
| 5.5.1 Destituição imotivada.....  | 128 |
| 5.5.2 Destituição motivada.....   | 131 |
| 5.5.2.1 Destituição direta .....  | 131 |
| 5.5.2.2 Destituição indireta .....  | 134 |
| 5.5.2.2.1 Quebra da “affectio societatis” é falta grave?.....   | 139 |
| 5.5.2.2.3 Superveniência da “falta grave” e da “justa causa” .....  | 147 |

|  |            |
|--|------------|
| 5.5.3 Intervenção judicial enquanto ferramenta provisória de solução de conflitos ante a destituição direta ou indireta de quotistas administradores ..... | 149        |
| <b>6. Liberdade de Iniciativa como Fundamento de Validade Constitucional na Preservação dos Interesses Sociais .....</b>                                   | <b>151</b> |
| 6.1 Breve evolução histórica da categorização da livre iniciativa enquanto fundamento da ordem econômica .....   | 152        |
| 6.2 Facetas constitucionais: limites imanentes da livre iniciativa .....   | 158        |
| 6.2.1 Liberdade de empreender economicamente .....   | 159        |
| 6.2.2 Liberdade de associação .....  | 162        |
| 6.2.3 Liberdade de contrato .....  | 166        |
| 6.2.3.1 Contrato plurilateral.....   | 168        |
| 6.2.4 Liberdade de ação profissional.....  | 171        |
| 6.3 Direitos fundamentais e livre iniciativa .....   | 174        |
| 6.3.1 Brevíssimos apontamentos sobre os direitos fundamentais.....   | 174        |
| 6.3.2 Categorização da livre iniciativa enquanto direito fundamental...  | 178        |
| 6.4 A constitucionalidade abstrata da intervenção judicial: limites imanentes jurídicos da livre iniciativa .....  | 180        |
| 6.4.1 Livre iniciativa – e interesses sociais – como alicerce de justificação .....  | 181        |
| 6.4.2 Limites dos limites (schrannen-schrannen) .....  | 185        |
| 6.4.3 Interesses extrassociais como alicerces de argumentação.....   | 188        |

### **Parte III – Dos Microparâmetros para a Nomeação e Atuação de Interventores Judiciais**

|   |            |
|---|------------|
| <b>7. Superação das Lacunas Legislativas .....</b>  | <b>193</b> |
| 7.1 Omissões legislativas e insegurança jurídica: da necessidade de regulação satisfatória..... | 193        |

|  |            |
|--|------------|
| 7.2 Tutela jurisdicional ante a lacunas ideológicas e de regulação .....   | 194        |
| 7.3 Meios de integração para o estabelecimento de microparâmetros<br>viáveis à nomeação e atuação de interventores judiciais ..... | 196        |
| 7.3.1 Analogias legis e iuris .....  | 197        |
| 7.3.2 Costumes: para uma relação com a atividade jurisdicional .....   | 201        |
| 7.3.3 Princípios gerais de Direito: para além da analogia iuris .....  | 204        |
| 7.3.4 Equidade: notas sobre o papel dialógico do Direito comparado ...   | 206        |
| <b>8. Escalas da Intervenção Judicial .....</b>  | <b>217</b> |
| 8.1 Tipologia da – (funções da); (espécies de);<br>(graus de) – intervenção judicial .....   | 218        |
| 8.1.1 Administrador fiscalizador (perito, veedor, constataador) .....  | 220        |
| 8.1.1.1 Interventor-fiscal-informante .....  | 222        |
| 8.1.1.2 Administrador-fiscal-controlador .....   | 224        |
| 8.1.1.3 Intervenção fiscalizatória projetada e aplicada.....   | 226        |
| 8.1.1.4 Destituição e administração fiscalizatória.....  | 229        |
| 8.1.2 Interventor cogestor (coadministrador, concorrente, coadjuvante) ....  | 231        |
| 8.1.2.1 Cogestão judicial projetada e aplicada .....   | 234        |
| 8.1.2.1.1 Coadministração e intervenção judicial nos tribunais.....  | 234        |
| 8.1.2.1.2 Atos em conjunto, administração concorrente<br>e o grau máximo de intervenção .....                                      | 235        |
| 8.1.2.1.3 Preferência e inaplicabilidade às LTDAs. ....  | 237        |
| 8.1.3 Interventor substitutivo (custodian) .....   | 238        |
| 8.2 Critério restritivo e intervenção mínima.....  | 244        |
| 8.3 (Re)apresentação societária na vigência da intervenção judicial .....  | 248        |
| 8.3.1 O poder de apresentação e a tipologia da intervenção judicial .....  | 248        |
| 8.3.2 A delegação e a representação por meio da<br>constituição de mandatários da sociedade .....                                  | 251        |

|   |            |
|---|------------|
| <b>9. A Intervenção Judicial como Tutela de Urgência de Natureza Cautelar .....</b>   | <b>255</b> |
| 9.1 Causa de pedir cautelar: periculum in mora e fumus boni iuris.....  | 260        |
| 9.2 Pedidos e intervenção judicial ex officio.....  | 264        |
| 9.3 Contracautela: caução real ou fidejussória .....  | 273        |
| 9.3.1 Facultatividade da exigência da contracautela<br>caucionária e o problema jurimétrico.....  | 275        |
| 9.3.2 Sobre o problema da quantificação<br>da contracautela caucionária.....  | 279        |
| 9.3.3 Contracautela em favor de “sócios” afetados por<br>“liminar” e a atecnia do Direito Projetado .....   | 282        |
| 9.3.4 A caução substitutiva em Portugal e no Brasil .....   | 283        |
| 9.4 Momento da concessão da tutela de urgência cautelar.....  | 285        |
| 9.5 Requisitos específicos para o deferimento<br>da intervenção judicial cautelar: diálogos entre<br>os direitos estrangeiro, projetado e vigente.....  | 288        |
| 9.5.1 Esgotamento dos recursos previstos<br>(ou decorrentes) no (do) contrato social .....  | 289        |
| 9.5.1.1 Solução pela via da deliberação social.....   | 290        |
| 9.5.1.2 Atuação do Conselho Fiscal .....  | 291        |
| 9.5.1.3 Cláusula Compromissória, instituição de<br>arbitragem e administrador arbitral.....   | 293        |
| 9.5.1.4 Convenção de Mediação .....   | 296        |
| 9.5.1.5 Esgotamento dos recursos previstos (ou decorrentes)<br>no (do) contrato social como “interesse de agir” .....                                   | 299        |
| 9.5.2 (Des)necessidade da ação de remoção:<br>(outras) notas sobre as possíveis demandas<br>principais às quais se vincula a intervenção judicial ..... | 300        |



|  |            |
|--|------------|
| 9.6 A legitimidade processual (ad causam, ad agendum) nas tutelas de urgência visando à intervenção judicial: os guardiões do interesse social ..... | 302        |
| 9.6.1 Dissolução parcial por exclusão de sócio.....  | 306        |
| 9.6.2 Dissolução parcial por recesso de sócio .....  | 314        |
| 9.6.3 Ação de remoção .....  | 317        |
| 9.6.4 Ação de responsabilidade .....   | 321        |
| 9.6.5 Ações decorrentes da violação ao direito à informação .....  | 324        |
| 9.6.5.1 Ação de exigir contas (prestação de contas).....   | 325        |
| 9.6.5.2 Ação de exibição de documentos .....   | 327        |
| 9.6.6 Legitimação em situações anômalas.....   | 328        |
| 9.6.6.1 Espólio e sucessores de quotista .....   | 328        |
| 9.6.6.2 Membros não sócios do Conselho Fiscal.....   | 330        |
| 9.6.6.3 Administrador .....  | 330        |
| 9.7 Naturezas jurídicas excepcionais .....   | 332        |
| 9.7.1 Intervenção judicial como meio de prova.....   | 332        |
| 9.7.1.1 Intervenção judicial probatória em (ex-)cautelar típica: a produção antecipada de provas .....   | 332        |
| 9.7.1.2 Intervenção judicial probatória em sede ordinária .....  | 335        |
| 9.7.2 Intervenção judicial como meio de cumprimento de obrigação específica: (in)viabilidade .....   | 336        |
| <b>10. Decisão Interventiva e seus Consequentes .....</b>  | <b>341</b> |
| 10.1 Considerações sobre a escolha do interventor judicial .....   | 341        |
| 10.1.1 O interventor judicial é um auxiliar eventual dos tribunais .....   | 341        |
| 10.1.2 Quem pode ser interventor judicial? .....   | 347        |
| 10.1.2.1 Do cadastro prévio à livre nomeação .....   | 347        |
| 10.1.2.2 Relações com os sujeitos do processo.....   | 349        |

|            |  |     |
|------------|--|-----|
| 10.1.2.3   | Qualificação profissional e idoneidade.....                                    | 356 |
| 10.1.2.4   | Administrador pessoa jurídica: analogia à LRE?.....                            | 362 |
| 10.2       | O prazo é uma questão de... tempo .....  | 365 |
| 10.3       | Temas ritualísticos e prazos processuais .....                                 | 371 |
| 10.3.1     | Fixação dos honorários profissionais .....                                     | 373 |
| 10.3.1.1   | Competência e procedimento .....   | 373 |
| 10.3.1.1.1 | Estipulação direta pelo juiz.....  | 378 |
| 10.3.1.1.2 | Estipulação indireta pelo juiz .....   | 379 |
| 10.3.1.1.3 | Estipulação cooperada .....  | 381 |
| 10.3.1.2   | Microparâmetros pecuniários:   |     |
|            | valor e forma de pagamento .....   | 382 |
| 10.3.1.2.1 | Métricas da LRE.....   | 383 |
| 10.3.1.2.2 | Métricas do direito comparado.....   | 384 |
| 10.3.1.2.3 | Construção integrativa de acordo<br>com o tipo da intervenção judicial .....   | 385 |
| 10.3.1.3   | Supressão do direito à remuneração.....  | 389 |
| 10.3.2     | Alegação de impedimento ou suspeição.....                                      | 393 |
| 10.3.3     | Marcha interventiva e fatores exógenos tangentes .....                         | 396 |
| 10.3.3.1   | Quesitos e assistentes técnicos.....   | 396 |
| 10.3.3.2   | Subauxiliares do interventor judicial .....                                    | 400 |
| 10.4       | Síntese: proposta de conteúdo mínimo<br>da decisão judicial interventiva ..... | 402 |
| 10.4.1     | Modelos decisórios .....   | 404 |
| 10.4.1.1   | Intervenção judicial fiscalizatória .....                                      | 405 |
| 10.4.1.2   | Intervenção judicial em cogestão .....   | 405 |
| 10.4.1.3   | Intervenção judicial substitutiva .....  | 406 |

## Parte IV – Interventores Judiciais e Responsabilidade Civil

|  |            |
|--|------------|
| <b>11. Responsabilidade Civil pela Atuação do Interventor Judicial.....</b>                                    | <b>409</b> |
| 11.1 Aplicação das categorizações da responsabilidade civil .....  | 410        |
| 11.1.1 Responsabilidade extracontratual (extranegocial) .....  | 410        |
| 11.1.2 Responsabilidades subjetiva e objetiva .....  | 411        |
| 11.2 Elementos acionadores da responsabilidade civil.....  | 413        |
| 11.2.1 Nexso de causalidade .....  | 413        |
| 11.2.2 Dano .....  | 414        |
| 11.2.3 Culpa e voluntariedade .....  | 414        |
| 11.3 Elementos excludentes de responsabilidade civil .....   | 416        |
| 11.3.1 Inexistência de nexso de causalidade .....  | 416        |
| 11.3.2 Licitude do dano .....  | 417        |
| 11.4 Responsabilidade extracontratual pela reparação de<br>condutas perpetradas pelo interventor judicial..... | 418        |
| 11.4.1 O interventor judicial enquanto agente público.....   | 418        |
| 11.4.2 Responsabilidade objetiva pelas condutas dos<br>agentes públicos na Constituição .....                  | 420        |
| 11.4.2.1 A (incôscia?) contracorrente da responsabilidade subjetiva .....                                      | 424        |
| 11.4.2.2 Interventor judicial, condutas judiciárias<br>e responsabilidade objetiva.....                        | 427        |
| 11.4.3 Responsabilidade objetiva e dano lícito .....   | 428        |
| 11.4.3.1 Objetivação da culpa em Justen Filho .....  | 429        |
| 11.4.3.2 Composição do dano em Bandeira de Mello.....  | 430        |
| 11.4.3.3 Etapas de aferição do dano em Schreiber.....  | 431        |
| 11.4.3.4 A babilônia pretoriana .....  | 431        |

|  |            |
|--|------------|
| 11.4.3.5 O dano jurídico e sua aferição concreta .....                             | 433        |
| 11.4.3.5.1 A antijuridicidade do comportamento<br>como fator de ponderação .....   | 437        |
| <b>12. Responsabilidade Civil pela Nomeação do Interventor Judicial.....</b>       | <b>441</b> |
| 12.1 Há responsabilidade estatal por atos jurisdicionais? .....                    | 441        |
| 12.1.1 Argumentos contrários à responsabilidade estatal.....                       | 441        |
| 12.1.1.1 Soberania nacional.....   | 441        |
| 12.1.1.2 Independência dos magistrados (ou da magistratura) .....                  | 442        |
| 12.1.1.3 Recursos, sucedâneos e ações autônomas de impugnação .....                | 442        |
| 12.1.1.4 Falibilidade humana .....   | 443        |
| 12.1.1.5 Risco do jurisdicionado.....  | 444        |
| 12.1.2 Contraposição (argumentos favoráveis<br>à responsabilidade estatal) .....   | 444        |
| 12.1.2.1 Inexistência de afronta à soberania.....                                  | 444        |
| 12.1.2.2 Indiferença à independência<br>dos magistrados (ou da magistratura) ..... | 446        |
| 12.1.2.3 Litispêndência e coisa julgada.....                                       | 447        |
| 12.2 Responsabilidade civil do Estado: objetiva?.....                              | 449        |
| Referências .....  | 453        |